

ESTUDO DE CASO

O IMPACTO DA POLÍTICA DE CRECHES NO BRASIL NA VIDA DAS MULHERES: DISPUTAS E HORIZONTES FEMINISTAS

*Nalu Faria
Renata Moreno
Renata Reis
Marilane Teixeira*

Julho de 2023

1. O CUIDADO NAS DISPUTAS ECONÔMICAS

Em maio de 2023, o governo brasileiro instituiu um grupo de trabalho interministerial para elaborar uma Política Nacional de Cuidados. Para o movimento de mulheres, essa é uma oportunidade de avançar na ampliação de direitos e da responsabilização pública sobre o cuidado, por meio da criação e expansão de serviços públicos, mas também na disputa de sentidos sobre o cuidado no Brasil. Não é possível compreender os desafios desse processo de forma isolada, já que a perspectiva do cuidado como direito está profundamente relacionada com as disputas sobre o papel do Estado como garantidor de direitos e de proteção social, e, portanto, sobre a orientação da política econômica.

Um olhar sobre o contexto político dos últimos anos é fundamental para essa compreensão. Entre 2003 e 2014, nos mandatos de Lula e Dilma, a oferta de vagas em creche praticamente dobrou, e uma série de políticas públicas foram construídas, resultando na redução da pobreza, no aumento do emprego formal e na elevação do salário real, com impacto especialmente positivo entre as mulheres negras.¹ Em 2016, o golpe jurídico-parlamentar, representado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff com bases em acusações que, posteriormente, foram julgadas improcedentes, foi parte de uma reação neoliberal e conservadora aos avanços sociais, mesmo que estes tenham sido limitados por contradições estruturais.

Na sequência do golpe, a presidência da república foi assumida por Michel Temer (2016 - 2018) que apresentou um programa econômico baseado em ajustes, reformas regressivas e privatizações. A primeira grande medida aprovada após o golpe de 2016 foi uma emenda constitucional (EC-95) conhecida como “Teto de Gastos”, que consolidou a austeridade como regra. Basicamente, essa medida limitou a ampliação dos gastos federais à correção pela inflação, por um período de vinte anos. Isso dissociou o gasto público do crescimento real da economia, e tem como consequência uma queda da despesa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Na prática, uma redução do investimento do Estado em políticas de proteção social – educação, saúde e seguridade – ao invés de ser ampliada para atender as necessidades da população. O orçamento para educação infantil sofreu uma redução drástica: em 2017, em valores nominais representaram 17% dos recursos de 2014.

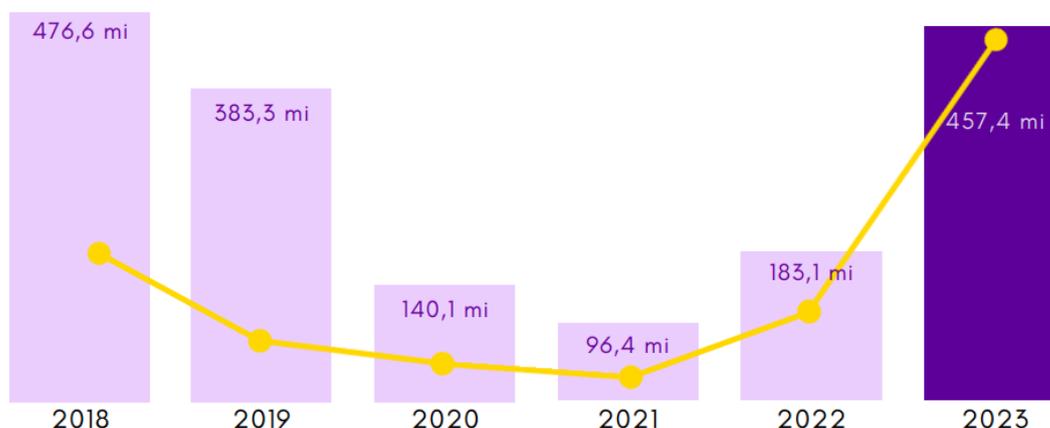
O período do governo de Jair Bolsonaro (2019 - 2022) aprofundou essa tendência. Todos os

¹ Teixeira, Marilane. “A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres”. In: Dweck et al. (Eds) *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

indicadores sociais pioraram. O desemprego, a pobreza e a fome aumentaram, atingindo cerca de 33 milhões de pessoas, especialmente pessoas negras e mulheres, e nas regiões norte e nordeste.² A tendência deste período foi a combinação de uma política de redução da participação do Estado na provisão de serviços públicos e proteção social com uma orientação extremante familista. Dois indicadores orçamentários expressam essa orientação. Por um lado, o principal gasto do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, de 2019 a 2023, foi destinado a ações para o “fortalecimento dos vínculos familiares”, correspondendo a 78%.³ Por outro, houve uma forte redução nos recursos direcionados a política de creches e educação infantil. Além de toda a simbologia reforçada pelo governo de Bolsonaro de que “o lugar da mulher é na família” – sendo considerada família o modelo heteronormativo de casal com filhos, distante da realidade dos arranjos familiares diversos no país – essa visão familista se reforçou por meio da política pública, ou seja, da redução do papel do Estado no cuidado infantil. O gráfico (1) abaixo é exemplar da redução da participação do governo federal no financiamento da política de educação infantil no período da presidência de Jair Bolsonaro.

Gráfico 1

EVOLUÇÃO ANUAL - EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL - PAGO 2023



Fonte: SIGA Brasil

É notável a variação positiva verificada nos recursos destinados a educação infantil em 2023, já com a eleição do novo governo Lula, com um programa de reconstrução do país e a reversão provisória do “Teto de Gastos” para viabilizar as políticas sociais diante do contexto de crise, aumento da pobreza e da fome. Apesar disso, as disputas dos sentidos do cuidado, desde visões familistas até a perspectiva feminista de socialização do cuidado para a construção de igualdade

² “Olhe para a fome”, disponível em: <https://olheparaafome.com.br/> (acesso em 22 de julho de 2023).

³ Santos, Rita. “A mulher no orçamento: evidências sobre transparência, materialidade, transversalidade e desempenho do orçamento sensível a gênero no governo federal, no período de 2019 a 2023”. *Orçamento em discussão*, n.47. Brasília: Senado Federal, 2022.

permanece vigente e central no processo de construção da Política Nacional de Cuidados. Esta não está garantida e, inclusive, foi um dos focos do movimento de mulheres no processo participativo de construção do Plano Plurianual, entre junho e julho de 2023.⁴

2. A POLÍTICA DE CUIDADO DE CRIANÇAS PEQUENAS

A perspectiva construída pelo movimento de mulheres sobre os cuidados tem como base a necessidade de reconhecer o cuidado como uma das bases da sustentabilidade da vida, o que envolve a compreensão da interdependência entre as pessoas e o reconhecimento das necessidades de cuidados que todas as pessoas têm ao longo do ciclo vital. No Brasil, a responsabilização pelo cuidado recai de forma desproporcional sobre as mulheres, sendo realizado majoritariamente no âmbito familiar. A construção de políticas que ampliem a responsabilização do Estado pelo cuidado é fundamental para enfrentar as dinâmicas da divisão sexual e racial do trabalho no país.

O objetivo desse estudo é analisar os serviços diários de cuidado de crianças pequenas e seus impactos na vida das mulheres. Para isso, abordamos as desigualdades no acesso à creche, refletimos sobre as condições de trabalho e sobre o peso da responsabilização pelo cuidado na autonomia econômica das mulheres. No Brasil, a creche é um direito garantido na Constituição Federal de 1988, a partir de uma intensa mobilização do movimento de luta por creches. Esse é um direito de dupla titularidade, ou seja, é um direito das crianças e um direito das famílias.

Na organização da política de creches, que a partir dos anos 2000 passou a integrar a política de educação, a os municípios são os entes responsáveis pela execução da política de educação infantil. A política de educação no Brasil define como dever do Estado ofertar educação gratuita, sendo obrigatória, desde 2013, a educação básica entre quatro e dezessete anos. A creche abrange as crianças de 0 a 3 anos e, apesar de ser um direito, não é considerado obrigatório. A meta estabelecida no Plano Nacional de Educação é de que, até 2024, 50% das crianças de 0 a 3 tenham acesso a creche.

Do ponto de vista orçamentário, o governo federal realiza a transferência de recursos dedicados sobretudo a construção e manutenção de infraestrutura, cabendo aos municípios a gestão das creches. Ainda que 66% das matrículas em creche sejam na rede pública, há um processo em curso de ampliação de parcerias público-privada e de precarização das condições de trabalho das trabalhadoras de creche, majoritariamente mulheres e negras, que absorvem o ajuste em seu cotidiano, diante da ampliação de matrículas com limitação orçamentária.

A metodologia desse estudo foi composta por uma análise dos dados disponíveis nas estatísticas oficiais e por entrevistas e diálogos com mulheres que fazem parte do movimento de mulheres e que estão envolvidas, de alguma forma com as creches. No total, 36 mulheres participaram desse processo de diálogo, incluindo trabalhadoras de creche, sindicalistas, lideranças populares de sete estados, que compartilharam suas percepções, análises e recomendações a partir dos dados sistematizados.

3. COMO A POLÍTICA DE CRECHES IMPACTA A VIDA DAS MULHERES

4 “Orientações da MMM para votação feminista no Plano Plurianual (PPA) do governo federal”. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/orientacoes-da-mmm-para-votacao-feminista-no-plano-plurianual-ppa-do-governo-federal/> (acesso em 27 de julho de 2023).

A demanda por creches no Brasil está muito além do acesso efetivo às creches. Em 2022, apenas 36% das crianças de 0 a 3 anos tinham acesso a creche⁵. Uma série de desigualdades marcam o acesso às creches no Brasil. A primeira delas é relacionada com as regiões do país. Enquanto as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste têm médias de acesso inferior à nacional, respectivamente, 19,1%, 30,4% e 32,2%, as regiões Sul e Sudeste do país têm acesso superior à média nacional, respectivamente 41,7% e 43,1%. Mas a desigualdade regional também informa o tipo de acesso à creche, com um fator fundamental para a experiência das mulheres, a duração da jornada. Não apenas o acesso à creche é inferior no Norte e Nordeste, como, nessas regiões, a maior parte da frequência é em tempo parcial, conforme apresentado no gráfico (2) abaixo.

Gráfico 2 – Distribuição das Creches em tempo integral e parcial, por região, DF e Brasil

REGIÃO	TEMPO INTEGRAL	TEMPO PARCIAL
BRASIL	57,00%	43,00%
NORTE	22,70%	77,30%
NORDESTE	32,90%	68,10%
CENTRO - OESTE	57,80%	43,20%
DF	63,40%	36,60%
SUDESTE	68,30%	31,70%
SUL	71,80%	29,20%

Fonte: Censo Escolar 2022 (INEP).

A questão da jornada se conecta diretamente com as reflexões das mulheres sobre os obstáculos do acesso a creche no cotidiano de suas vidas. Uma das lideranças de São Paulo, região sudeste, relatou o desafio logístico para as mulheres levar e buscar as crianças na creche. Mesmo quando predomina a jornada integral, em geral o horário de buscar as crianças é às 17h. Em cidades grandes e congestionadas, as mulheres que trabalham no centro e moram na periferia não conseguem chegar a tempo de buscar as crianças. Assim, precisam acionar uma rede de apoio, muitas vezes inexistente, ou pagar pessoas da vizinhança para ficar com as crianças depois do horário da creche. A fala dessa liderança apresentou um cenário que complexifica ainda mais essa logística: as idades diferentes entre os filhos fazem com que as mulheres se desloquem também entre as creches e outras unidades de ensino, que por vezes têm horários diferentes de entrada e

⁵ Os dados apresentados nesta seção foram elaborados a partir da Pnad Contínua (2022 e 1º trimestre de 2023), produzida pelo IBGE, e da Sinopse Estatística do Censo Escolar 2022, produzido pelo INEP.

saída das crianças.

Uma liderança de Minas Gerais, na região sudeste, refletiu que a creche em jornada parcial é uma estratégia para dizer que o acesso está aumentando, mas que é fundamental batalhar para que a creche seja em período integral e adequada à jornada de trabalho das mães e pais responsáveis. Além disso, ela colocou outro elemento a ser considerado que é a organização das férias nas creches, que tampouco acompanha as férias de trabalhadores que tem esse direito. A jornada integral favorece, ainda, a segurança alimentar das crianças, visto que a alimentação escolar na rede pública de creches é uma das garantias de que as crianças terão acesso a todas as refeições diárias.

Os dados indicam diferenças de acesso entre os grupos de idade: o acesso é menor entre as crianças de 0 e 1 ano, 13%, e se amplia entre as crianças de 2 e 3 anos, 55%. É interessante refletir sobre as múltiplas questões que envolvem essa diferença de acesso. As lideranças apontaram uma série de aspectos que ajudam a compreender esses dados. Elas refletiram sobre a dificuldade enfrentada pelas mulheres que não têm direitos trabalhistas garantidos, como a licença maternidade, e que por isso precisam que as crianças tenham acesso a creche desde poucos meses, para retornar ao trabalho ou para buscar trabalho. A diretora de uma creche comentou que a mãe de uma criança da creche teve outro filho, e havia afirmado que ia esperar o próximo ano para colocar o filho na creche. Mas, dias depois, ligou dizendo que precisava inscrever o bebê para uma vaga, pois tinha conseguido emprego e não podia recusar.

Segundo as estatísticas disponíveis, entre os responsáveis de crianças de até três anos, os principais motivos declarados para a não frequência a creche são a opção dos pais ou responsáveis e, na sequência, o fato de não haver creche na localidade, ou a falta de vaga, e a não aceitação da criança pela idade. Gráfico 3.

Gráfico 3



As lideranças ressaltaram os impactos das visões familistas nas “opções por não matricular em creche”, segundo as quais seria um problema para as crianças serem afastadas tão cedo da família, somadas a um reforço de ideais de maternidade monolíticos, incluindo a pressão por amamentação até os dois anos. Outro aspecto percebido pelas lideranças tem a ver com o racismo institucional vivido por crianças negras no ambiente escolar, que enfrentam atitudes discriminatórias de diferentes tipos, desde culturais até imposições sobre o corpo.

Há diferenças entre demonstrar interesse em matricular as crianças na creche e as providências para fazê-lo, de acordo com os grupos de renda, sendo que o percentual é superior entre as famílias com renda de 1,0 salário mínimo. Entre tomar providências para matricular a criança em creche e efetivamente conseguir uma vaga, há uma distância significativa. A desigualdade do acesso a creche entre grupos de renda é verificada em todos os estados do país. Em 2019, em média, 54,3% das crianças do quartil superior de renda estava matriculadas em creche, enquanto este era o caso de 27,8% das crianças do quartil inferior de renda.⁶

A frequência das crianças de 0 e 1 ano nas creches também se relaciona com a questão orçamentária, já que as vagas de crianças menores demandam um gasto público maior. Uma trabalhadora de creche público-privada em São Paulo indicou que, no último ano, aumentou a demanda de vaga para crianças de 0 e 1 ano, o que implica a necessidade de ampliação de 50% no repasse de recursos da prefeitura à entidade gestora da creche. Isso porque a quantidade de crianças por professora responsável é menor nessa faixa etária (7 crianças para uma professora) do que nos grupos de 2 e 3 anos. Uma professora refletiu sobre as diferenças de cuidado segundo a faixa etária. “O cuidado é outro no berçário. Eles não andam, não falam. Os bebezinhos dependem totalmente de você para comer, para tudo. Pela idade, você tem que estar sempre em cima”. As lideranças refletiram, ainda, sobre os desafios desse trabalho, pela responsabilidade que envolve e pelo fato de que, na grande maioria das vezes, as professoras estão sozinhas com as crianças, sem ter condições de “fazer uma pausa nem para ir ao banheiro”. Esse tema nos conecta do acesso às creches aos tipos de creche e as condições de trabalho.

De acordo com o censo escolar do INEP, em 2022, do total de crianças matriculadas em creches no Brasil, 66,4% estavam em creches da rede pública e 33,6% na rede privada. Entre as creches da rede privada, pouco mais da metade, 50,7% tem convênio com o poder público. O convênio é a principal modalidade de parceria público-privada adotada na política de creches no Brasil, o que é considerada uma forma de privatização velada do serviço público. Por meio de convênios, o poder público municipal contrata uma organização social para gerir uma creche. A oferta de vagas nesta creche deve ser gratuita, já que custeada pelo Estado. Nos convênios são estipulados padrões, como número de profissionais por criança, horário de funcionamento, entre outros. O convênio pode incluir repasse de recursos para o aluguel do espaço da creche, ou apenas o repasse para a gestão, que acontece em um espaço público. Entre 2019 e 2021, houve uma diminuição nas matrículas em creches. Em 2022, ainda segundo o INEP, houve um crescimento de 8,9% na rede pública, e 29,9% na rede privada, dado que reforça a tendência de privatização.

As trabalhadoras de creche de São Paulo que participaram desse estudo relataram os impactos das variações nos repasses sobre o funcionamento da creche conveniada. No primeiro semestre de

⁶ Anuário da educação básica, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf (acesso em 22 de julho de 2023).

2023, não houve o repasse para garantir o reajuste do salário das professoras pelo dissídio, e, quando chegou o repasse do reajuste salarial, não foi acompanhado pelo adicional da verba pela quantidade de crianças menores. “Isso interfere em tudo. Tivemos que fazer combinados e economizar em tudo, não gastar muita água, usar mais reciclagem porque não tinha verba para comprar material pedagógico para as atividades”. A questão da remuneração também apareceu nas análises das lideranças sindicais, que indicaram que, até hoje, muitas prefeituras não efetivaram a lei do piso salarial de professores, assim como há uma série de denúncias e lutas sindicais em municípios que atrasam os pagamentos às trabalhadoras. São, portanto, diferentes facetas da desvalorização e precarização do trabalho das professoras de creche.

O olhar para os dados das professoras da rede pública indica tendências desta precarização. Do total de professoras de creche na rede pública nacional, 33,5% são contratadas por fora do regime de estabilidade no serviço público. Dessas, a maioria tem contrato temporário. As lideranças indicaram que, além da questão do piso salarial, essa tendência à precarização também afeta a qualidade da educação, uma vez que tais trabalhadoras não têm direito assegurado a formação continuada e, muitas vezes, a contratação temporária é uma forma das prefeituras burlarem o requisito de ensino superior em pedagogia para trabalhar em creche e, assim, gastar menos. As lideranças avaliam que há uma desvalorização das professoras de educação infantil mesmo dentro da categoria de profissionais da educação, que “consideram que trabalham com os bebês como [se fossem] babás e não tivessem trabalho pedagógico”. Já as professoras de creche reforçaram, em suas falas, as formas pelas quais o cuidar e o educar estão integrados em sua prática profissional, seja por meio do brincar, da troca de fraldas ou da alimentação. Valorizar o cuidar aparece, assim,

como uma estratégia que pode ser positiva tanto para as trabalhadoras como para as mulheres que cotidianamente tem suas práticas de cuidado naturalizadas e invisibilizadas.

Trabalhar em creche, no Brasil, é uma profissão feminina: 95,4% das trabalhadoras são mulheres. Entre os 4,6% de homens nesta ocupação, cerca de 59% são negros. Entre as mulheres trabalhadoras da educação infantil, as desigualdades salariais são indícios das desigualdades nas formas de contratação, entre as creches da rede públicas e as creches da rede privada. Tais desigualdades se ancoram na dimensão racial.

Tabela 1

TRABALHADORAS EDUCAÇÃO INFANTIL POR RAÇA E RENDIMENTO 1° TRIM 2023: PORCENTAGEM			
	Até 1 SM	1 a 2 SM	2 a 3 SM
Brancas	28%	44%	16%
Negras	37%	43%	9%

1Fonte: PNADc Trimestral - IBGE (2023)

Ao olhar para as trabalhadoras que recebem de até um salário mínimo até mais de três salários mínimos, a dinâmica da desigualdade racial é evidente. Conforme indicado na tabela (1) acima, as mulheres negras são maioria entre as que recebem até um salário mínimo e, conforme aumenta o rendimento, essa proporção se inverte e as mulheres brancas passam a conformar a maioria.

As condições de trabalho nas creches se vinculam diretamente com o gasto público nas creches. Uma liderança do Rio Grande do Norte, na região nordeste, compartilhou que em seu bairro, na periferia da capital, existem apenas duas creches, e a lista de espera tem mais de duas mil crianças. A organização das mulheres no local tem pressionado para que o recurso destinado a educação infantil no orçamento municipal seja, efetivamente, gasto com a ampliação das creches. Para isso, uma estratégia tem sido acionar o Ministério Público para que o Estado cumpra com suas obrigações. A judicialização é uma estratégia que pressiona para a ampliação imediata de vagas, mas a estratégia dos municípios para responder às decisões judiciais tem sido o conveniamento, a redução da jornada ou o aumento do tamanho das turmas, intensificando o trabalho das professoras. A lógica é ampliar as vagas reduzindo os custos unitários. Ainda que o impacto imediato seja

positivo para efetivar os direitos das crianças e das famílias, os impactos qualitativos e de longo prazo já tem sido sentidos no cotidiano da educação infantil, especialmente no ritmo e nas condições de trabalho.⁷

O último aspecto a ser destacado em nossa análise é a relação entre a organização social do cuidado e as condições para a autonomia econômica das mulheres. Em 2022, 41,8 milhões de mulheres estavam fora da força de trabalho, ou seja, não estavam ocupadas, nem procurando emprego. Dentre aquelas que não estavam disponíveis para trabalhar, mas gostariam de estar trabalhando a responsabilidade pelos cuidados e afazeres domésticos desponta como o principal motivo pelos quais as mulheres estão nessa situação.

Tabela 2

PRINCIPAL MOTIVO DE NÃO TER TOMADO PROVIDÊNCIA PARA CONSEGUIR TRABALHO NO PERÍODO DE REFERÊNCIA (%)			
	Brancas	Negras	Total
Não havia trabalho na localidade	16%	27%	23,5%
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s)	28%	30%	29,5%

2 Fonte: PNADc Trimestral - IBGE (2023)

Desagregando estes dados, verifica-se que além da dimensão racial, a localização geográfica é um dos fatores que fazem crescer a ausência de trabalho na localidade, chegando a 50,5% dos motivos indicados pelas mulheres rurais para não terem tomado providência para conseguir trabalho. Já entre as mulheres em situação de desalento, ou seja, que gostariam de trabalhar, mas desistiram de buscar trabalho porque acham que não vão encontrar, as mulheres negras correspondem a 69%.

A combinação destes dados é de extrema importância para localizar os desafios para a autonomia econômica de forma integrada. Por um lado, confirma a necessidade de que o Estado assuma a responsabilização pelos cuidados, especialmente por meio de serviços públicos. Ao mesmo tempo, as condições de participação das mulheres no mercado de trabalho foram profundamente afetadas pelas políticas de austeridade dos últimos anos, resultando especialmente no desemprego e no aumento da informalidade.

4. HORIZONTES E ESTRATÉGIAS PARA POLÍTICAS DE CUIDADO INFANTIL GERADORAS DE

IGUALDADE

O desafio de articular a garantia de direitos e condições dignas de trabalho para as trabalhadoras de creche – desde a remuneração, passando pela formação continuada até a quantidade de crianças por turma – e a ampliação das vagas em tempo integral é central para uma política de cuidado infantil que seja geradora de igualdade. Isso demanda, necessariamente, a ampliação do espaço fiscal para viabilizar o investimento de recursos na expansão das creches. Está em curso, no Brasil, um processo de reforma tributária, que mesmo com limites, permite pavimentar um horizonte de ampliação da arrecadação. Nesse processo, as mulheres apontam a importância de superar o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro. Existem medidas já previstas na legislação que precisam ser regulamentadas e implementadas, como a taxa de grandes fortunas. Da mesma forma, é preciso retomar o sentido público do Estado, sua capacidade de investir os recursos públicos em infraestrutura e serviços que melhorem as condições de vida da população, que produz a riqueza com seu trabalho. Trata-se, portanto, de reverter a lógica de austeridade e reorganizar o sentido político da economia. Colocar o cuidado – com a prioridade que lhe é devida e necessária – no orçamento exige um enfrentamento a interesses de classe, representados tanto no poder legislativo quanto na sociedade, pelos representantes do capital financeiro.

Para construir força feminista nesse tema, é preciso que a economia seja um assunto das mulheres. Ao posicionar o cuidado no debate sobre orçamento, se constroem mais condições para alterar a lógica hegemônica da economia. Ou seja, passar da lógica do lucro de poucos, para a lógica do cuidado socializado de todos, uma economia orientada pela sustentabilidade na vida. As lideranças refletiram que a participação das mulheres dos setores populares nos debates sobre o orçamento é um desafio e uma necessidade para garantir o investimento em políticas de cuidado, especialmente de creches, tanto no processo de definição das prioridades do orçamento, em todos os níveis do governo – federal, estadual e municipal –, como na mobilização e monitoramento sobre o gasto efetivo.

As lideranças destacaram a importância do acesso das crianças a creche na vida das mulheres. Ao mesmo tempo, insistiram em que a creche é um direito da criança e que deve ser garantido inclusive quando a mãe não está trabalhando fora. Afirmam o horizonte da universalização desta política pública. Essa perspectiva se enfrenta com as visões familistas sobre o cuidado infantil, cujos impactos materiais são sentidos especialmente entre as mulheres pobres. A socialização das crianças, com outras crianças de sua faixa etária, desde cedo apareceu como algo fundamental para o desenvolvimento das habilidades para a vida em comum, um papel fundamental das creches na construção de comunidade. Nesse sentido, a integração entre o educar e o cuidar apareceu como estratégia de valorização simultânea das trabalhadoras de creche e dos direitos das crianças e das mulheres, sendo um caminho para a desnaturalização do cuidado como atribuição feminina, e está é uma condição para que se amplie a responsabilidade pública pelo cuidado das pessoas, em todo o ciclo vital.